

DESAFIOS PARA A COMUNICAÇÃO EDUCATIVA EM VIVÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Jonathan Alves Martins¹

Winifred Knox²

Resumo

O artigo apresenta resultados do trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas (GPP) realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que consistiu em um estudo propositivo e reflexivo acerca da experiência com a curricularização da extensão universitária desenvolvidas no componente curricular “Vivências em Gestão de Políticas Públicas”. Estabelecemos um diálogo teórico e metodológico entre as Abordagens Cognitivas de Políticas Públicas, especialmente a teoria francesa dos referenciais (MULLER, SUREL, 2002; LASCOUMES; LE GALÈS, 2012; MULLER, 2018), a teoria decolonial da Sociologia das Ausências e Emergências (SANTOS, 2002, RESENDE, 2019) e a concepção de educação para a liberdade enquanto prática dialógica (FREIRE, 1979, 1983a, 1983b, 1992,1993). Verificamos a pertinência da elaboração desta proposta de ensino que considera a extensão como uma ação de comunicação, logo uma prática pautada pelo diálogo. A

¹Doutor e Mestre em Educação na Linha de pesquisa Educação, Política e Práxis Educativas do Programa de Pós graduação em Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É pesquisador bolsista de Demanda Social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Possui Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas (2022), pela UFRN, e Licenciatura em História pela Universidade Bandeirante de São Paulo (2010). Pesquisador do Grupo de política do ensino superior, integrante da Rede Universitas/Br. Pesquisa os seguintes temas: educação, políticas públicas, políticas para juventude, movimentos sociais, engajamento e desigualdades sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0104-6791>. E-mail: jonathan.martins.084@ufrn.edu.br.

² Possuo especialização em filosofia (UFRN - 1996), mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e antropologia do IFCS pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tenho experiência em pesquisa social em movimentos sociais de favela no âmbito da sociologia urbana enfoque dado na dissertação de mestrado. Nos últimos anos tenho me dedicado à pesquisa e à docência na área de Sociologia e Antropologia com grande ênfase em Comunidades Pesqueiras, principalmente nos seguintes temas: tradição, memória, imaginário social, imagem, meio ambiente, territorialidade, transformação social, uso de novas tecnologias, urbanização, desenvolvimento, conflitos, questões de gênero relativas às mulheres pescadoras e as políticas públicas voltadas para estas populações. Fui professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento do ES (GEPPEDES/UFES). Atualmente participo no Laboratório de Estudos Rurais da UFRN, sou professora do Departamento de Políticas Públicas, e do Programa de Estudos Urbanos e Regionais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4415-6213>. E-mail: winknox@hotmail.com.

defesa de uma prática de ensino comunicativa considera a importância da não imposição de saberes, como também da ideia de educação enquanto prática para a liberdade e para a transformação das realidades sociais por meio da conscientização oriunda da leitura de mundo das pessoas envolvidas.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Abordagens Cognitivas de Políticas Públicas. Sociologia das Ausências e Emergências. Paulo Freire. Educação Superior.

CHALLENGES FOR EDUCATIONAL COMMUNICATION IN PUBLIC POLICY EXPERIENCES

Abstract

The article presents the results of the final thesis work for the Bachelor's degree in Public Policy Management (GPP) at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), which consisted of a propositional and reflective study on the experience with the curricularization of university extension developed in the curricular component "Experiences in Public Policy Management". We established a theoretical and methodological dialogue between Cognitive Approaches to Public Policy, especially the French theory of reference points (MULLER, SUREL, 2002; LASCOUMES; LE GALÈS, 2012; MULLER, 2018), the decolonial theory of Sociology of Absences and Emergences (SANTOS, 2002, RESENDE, 2019), and the conception of education for freedom as a dialogic practice (FREIRE, 1979, 1983a, 1983b, 1992, 1993). We verified the relevance of developing this teaching proposal that considers extension as a communication action, therefore a practice guided by dialogue. The defense of a communicative teaching practice considers the importance of not imposing knowledge, as well as the idea of education as a practice for freedom and for the transformation of social realities through the conscientization arising from the people's reading of the world involved.

Keywords: University Extension. Cognitive Approaches to Public Policy. Sociology of Absences and Emergences. Paulo Freire. Higher Education.

DESAFÍOS PARA LA COMUNICACIÓN EDUCATIVA EN EXPERIENCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Resumen

El artículo presenta los resultados del trabajo de conclusión del curso de Gestión de Políticas Públicas (GPP) realizado en la Universidad Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), que consistió en un estudio propositivo y reflexivo sobre la experiencia con la curricularización de la extensión universitaria desarrollada en el componente curricular "Vivencias en Gestión de Políticas Públicas". Establecimos un diálogo teórico y metodológico entre las Abordajes Cognitivos de Políticas Públicas, especialmente la teoría francesa de los referenciales (MULLER, SUREL, 2002; LASCOUMES; LE GALÈS, 2012; MULLER, 2018), la teoría decolonial de la Sociología de las Ausencias y Emergencias (SANTOS, 2002, RESENDE, 2019) y la concepción de educación para la libertad como práctica dialógica (FREIRE, 1979, 1983a, 1983b, 1992, 1993). Verificamos la pertinencia de la elaboración de esta propuesta de enseñanza que considera la extensión como una acción de comunicación, por lo tanto, una práctica basada en el diálogo. La defensa de una práctica de enseñanza comunicativa considera la importancia de no imponer saberes, así como de la idea de educación como práctica para la libertad y la transformación de las realidades sociales a través de la concientización originada de la lectura del mundo de las personas involucradas.

Palabras clave: Extensión Universitaria. Abordajes Cognitivos de Políticas Públicas. Sociología de las Ausencias y Emergencias. Paulo Freire. Educación Superior.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas (GPP) realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) consiste em um estudo propositivo e reflexivo acerca da experiência com a curricularização da extensão universitária desenvolvidas no componente curricular "Vivências em Gestão de Políticas Públicas" durante o segundo semestre de 2022.

Sobre a temática, importa remontarmos ao ano de 2010, no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em que o Conselho Nacional de Educação aprovou as diretrizes curriculares nacionais do Curso de Graduação em Administração Pública, incorporando a Gestão de Políticas Públicas como “campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado a Estado, Governo, Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Políticas Públicas e Gestão Social” (CNE, 2010). Com isso, foram criados um conjunto de novos cursos de Gestão de Políticas Públicas nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em 2019 havia 332 cursos de graduação nas modalidades bacharelado e tecnólogos no Brasil, em todos os estados da federação, “com exceção do Espírito Santo” (COELHO e col. 2020, p. 491).

A UFRN oferece o curso de GPP no Departamento de Políticas Públicas, como um bacharelado, que inicialmente tinha 3 anos de duração e com a nova matriz curricular de 2018 passou a ter quatro anos. Tanto o curso quanto o departamento foram criados em 2009 a partir do Reuni, ligados ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA). Onze anos depois, em 2022, atendendo ao pleito dos representantes do corpo docente, o Conselho Universitário (Consuni) aprovou a criação do Instituto de Políticas Públicas (IPP) em substituição ao Departamento (DPP).

Na UFRN, em consonância a ideia de extensão universitária oriunda da Resolução 07/2014 do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2014) a definição de extensão universitária corresponde a um “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável para viabilizar relações transformadoras entre a Universidade e a sociedade”. Além disso a definição reforça a ideia de um diálogo envolvendo os diferentes saberes, “em experiências reais junto a diferentes grupos e populações que com elas interagem, por meio de ações que serão articuladas mediante as seguintes modalidades de extensão” (CONSEPE, 2017).

Essa compreensão acerca da extensão subsidia a Resolução n° 03/2018 que dispõe sobre a Inserção Curricular das Ações de Extensão Universitária pelo

Conforme o Projeto Político e Pedagógico do Curso de GPP, além das trezentas horas de carga horária individual com natureza extensionista que deve ser cumprida pelos discentes, há, ainda disciplinas de Ateliê de Gestão de Políticas Públicas I, II, III, IV, V e VI que possuem carga horária extensionista e devem ser realizadas de maneira coletiva e orientada por docentes, preferencialmente do primeiro ao sexto período. O componente curricular Vivências em Gestão de Políticas Públicas, objeto deste plano de ação, também possui carga horária de extensão pois consiste na elaboração coletiva de um Projeto de extensão universitária, com foco na troca de saberes e deve ser realizada no sétimo período (PPC/GPP, 2018, p. 46).

A normatização instituída pelo Colegiado do Curso de GPP em 2018 atende a regra instituída pelas Resoluções 038/2019 e 174/2021 do Conselho de Ensino e Pesquisa, que passou a assumir a curricularização da extensão universitária na UFRN enquanto um processo de “inserção de atividades extensionistas nos projetos pedagógicos, perfazendo um percentual mínimo de 10% (dez por cento) da carga horária total do Curso de Graduação” (CONSEPE, 2021).

A curricularização da extensão universitária é uma proposta que visa integrar as atividades de extensão ao currículo formal dos cursos de graduação. Trata-se de reconhecer e valorizar a extensão como uma dimensão essencial da formação acadêmica, incorporando-a como parte integrante do projeto pedagógico das universidades.

Contudo, a proposta da curricularização da extensão universitária no final do governo de Michel Temer pode ser interpretada como uma tentativa de resgate de imagem do presidente, cuja administração enfrentava baixa popularidade e críticas quanto a medidas econômicas impopulares. A Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 foi lançada por decreto sem qualquer debate público significativo e reorientou o currículo dos cursos de graduação redefinindo alguns conteúdos disciplinares para a formação dos estudantes em formato parcial de extensão. Foram implementadas medidas que levantaram questionamentos sobre a priorização da educação no país, como o

congelamento de investimentos na área. A proposta da curricularização da extensão universitária pode ser interpretada como uma tentativa de amenizar essas críticas, porém, surge em um contexto em que outras áreas da educação estavam sendo prejudicadas. Isso levanta dúvidas sobre a real preocupação do governo com a educação como um todo, além de questionar a coerência e a efetividade dessa proposta específica.

Sabemos que a extensão universitária compreende ações que promovem a interação entre a universidade e a sociedade, levando o conhecimento produzido no ambiente acadêmico para além dos muros da instituição. Essas ações incluem projetos de pesquisa aplicada, programas de educação popular, serviços à comunidade, ações culturais, entre outros. Por meio da extensão, a universidade contribui para a solução de problemas sociais, o desenvolvimento local e a promoção da cidadania.

A curricularização da extensão universitária na UFRN consiste, pois, na inserção de carga horária extensionista ligada aos diferentes componentes curriculares da instituição, tais como disciplinas, módulos, blocos e atividades acadêmicas. As atividades às quais essa normatização faz referência “devem integrar o projeto pedagógico de cada curso, proporcionando a interação dos discentes com a comunidade externa em um processo interdisciplinar e indissociável com o ensino e a “pesquisa”, em programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço e produtos de extensão (CONSEPE, 2021). A resolução prevê a implementação do registro individualizado das atividades no Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (Sigaa) até o término do segundo semestre letivo de 2022.

Focalizamos na proposição de uma prática de ensino dialógica que possibilite a troca de saberes entre população, estudantes, professores e pesquisadores, com vistas na problematização da curricularização da extensão universitária enquanto instrumento de aproximação da universidade com a comunidade, principalmente as populações mais vulnerabilizadas.

Para tanto, este trabalho é organizado com essa primeira parte que trata da introdução e contextualização da problemática analisada conforme a normatização que estabelece a curricularização da extensão universitária na

UFRN; a segunda parte trata da fundamentação teórica e metodológica, em que propomos um diálogo entre as Abordagens Cognitivas de Políticas Públicas (ACPP), a perspectiva decolonial da Sociologia das Ausências e Emergências e as teorizações do filósofo e educador Paulo Freire; e, na terceira parte, propomos de uma prática didático-teórico-metodológico para as ações de extensão do Curso de Gestão de Políticas Públicas (GPP).

Para esta tarefa, além da revisão bibliográfica, a análise é realizada no corpus composto por resoluções que tratam da extensão universitária na UFRN, no Projeto Político-Pedagógico do curso e da ementa da disciplina Vivências em Gestão de Políticas Públicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

O trabalho possui natureza reflexiva e propositiva pois pretende demonstrar a relevância do diálogo teórico e analítico entre as abordagens cognitivas de políticas públicas, a proposta decolonial da sociologia das ausências e emergências frente às teorizações de extensão e comunicação dialógica em Paulo Freire para analisar a experiência com a disciplina de Vivências em Gestão de Políticas Públicas.

Abordagens Cognitivas de Políticas Públicas

A literatura sobre as políticas públicas nos orienta para visualizar a existência de diferentes teorias e análises das ações públicas, e para a coexistência de modelos centrados em interesses da sociedade bem como aqueles centrados no Estado (LASCOURMES; LE GALÈS, p. 63. 2012; MULLER, 2018; HASSENTEUFEL; OLIVEIRA, 2021).

Conforme Hassenteufel (2008, p. 112-114), há distintas abordagens cognitivas de políticas públicas, como a teoria dos referenciais, elaborada por Bruno Jobert e Pierre Muller em 1987 e que tem sido desenvolvida na França, e o sistema de crenças, criado por Paul Sabatier, o quadro cognitivo de política pública (policy frame) proposto por Martin Rein e Donald Schon em 1991 e

paradigma de política pública (policy paradigm), desenvolvido por Peter Hall no ano de 1993, ambos nos Estados Unidos. Essas abordagens convergem acerca da importância atribuída às ideias na análise das políticas públicas.

Assim, sabendo que as Abordagens Cognitivas de Políticas Públicas também têm sido objeto de discussão teórica, optamos pela vertente francesa da teoria dos referenciais (JOBERT, 1994; MULLER; SUREL, 2002; MULLER, 2018). Conforme Muller (2018), essa teoria dos referenciais tem bases no neoinstitucionalismo teórico que orienta as obras de P. Hall e R. Taylor, publicada em 1996, de J. March e J. Olsen, publicado em 1998 e no trabalho de Paul Pierson, de 2000. Esse movimento teórico tem por vista “mostrar precisamente que uma teoria global da mudança é possível e necessária para dar sentido às incansáveis transformações da ação pública”, enquanto uma teoria que “se articula em três propostas” problemas, a percepção desses problemas e a relação global-setorial “que é a expressão do lugar e do papel do setor [...] na sociedade global” (MULLER, 2018, p. 64-65).

No rol das diferentes Abordagens Cognitivas de Políticas Públicas (ACPP), destaca-se a sociologia da ação pública que tem como objeto as articulações entre os grupos sociais e instituições na busca da concepção das políticas públicas e dos distintos relacionamentos entre atores estatais e sociais. A ação pública é compreendida como resultado das interações entre diversos atores, como uma estrutura que congrega as representações da sociedade, os instrumentos das políticas públicas e o dinamismo com que são elaboradas e executadas. Assim, para os autores, as políticas públicas são resultado de complexas relações entre os atores e instituições sociais e não apenas como resultado das estruturas burocráticas, ou seja, as políticas podem ser compreendidas como “[...] as diversas formas de regulação social e política dos desafios sociais” (LASCOURMES; LE GALÈS, p. 63. 2012).

A análise proposta pelos autores nos convida a investigar a origem das políticas públicas a partir na dimensão cognitiva de toda a política, seja na implementação ou na avaliação, para “apreender as políticas públicas como matrizes cognitivas e normativas que constituem sistemas de interpretação do

real, nos quais os diferentes atores públicos e privados poderão inscrever a sua ação” (MULLER; SUREL, 2002, p. 47).

Desse modo, na perspectiva cognitiva, o caráter persuasivo das ideias constitui importante dimensão, pois estas estão situadas num campo relacional no qual existe uma real competição e seleção entre elas, por isso mobilizam coalizão de interesses políticos, econômicos, sociais, bem como interesses amplos associados a determinadas opções de políticas públicas de diferentes grupos sociais. Portanto, são pontos indispensáveis para se compreender uma política a análise da: a) racionalidade dos atores; b) decodificação das lógicas administrativas; e c) complexidade das redes de atores que participam da ação pública.

O papel das ideias, nessa abordagem, tem relação com a capacidade de determinada rede de profissionais e formuladores de políticas associarem dados e diagnósticos a práticas que visam solucionar problemas em determinados momentos históricos. Ainda, na análise cognitiva das políticas públicas, deve estar presente a percepção do problema que faz o objeto das políticas públicas e seu proveniente desajustamento entre os atores, públicos e privados, e os setores os quais fazem parte.

Assim, a escolha da abordagem cognitiva das políticas públicas permite lançar determinados questionamentos à ação pública. Com essa abordagem, é possível se indagar sobre quais são os atores e mediadores (estudantes, professores, reitor, pró-reitores, chefes de departamento, coordenadores de curso, funcionários, movimentos estudantis, sociais e sindicais, políticos, agentes governamentais e empresários) e quais são seus referenciais normativos e cognitivos, quais os fóruns e arenas de discussão e deliberação (como se constituem, quais são seus recursos de poder, suas influências nas problematizações e decisões).

Sociologia das ausências e emergências

Para Boaventura Santos (2002, p. 238) “a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica

ocidental conhece e considera importante” e essa “riqueza social está sendo desperdiçada”. O sociólogo português considera que enquanto não houver uma crítica ao modelo de racionalidade ocidental dominante “todas as propostas apresentadas pela nova análise social, por mais alternativas que se julguem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito (SANTOS, 2002, p. 238)”.

Boaventura Santos (2002, p. 241) conceitua a razão iluminista ocidental como “razão indolente” e argumenta que esta razão operou em quatro formas nas ciências: “razão impotente (determinismo, realismo), razão arrogante (livre arbítrio, construtivismo), razão metonímica (a parte tomada pelo todo) e razão proléptica (o domínio do futuro sob a forma do planejamento da história e do domínio da natureza)”.

É na razão metonímica que Santos (2002, p. 241) identifica a conformação de lógicas de monoculturas que convergem na produção “de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível.” O sociólogo distingue cinco lógicas de produção de não-existência: lógica da monocultura do saber e do rigor do saber; lógica do tempo linear; lógica da classificação social; lógica da escala dominante e a lógica produtivista que “assenta na monocultura dos critérios de produtividade capitalista” (SANTOS, 2002, p. 248).

Empenhado em romper com a razão indolente do que considera também como pensamento “abissal” o sociólogo propõe uma nova epistemologia “pós abissal “cuja razão denomina “cosmopolita”, ao passo em que esta razão objetiva a construção de um mundo focado no presente, nas experiências possíveis e disponíveis de mudança acontecendo ao nosso lado, propondo a dilatação do presente e a diminuição da preocupação com o futuro. Denominando de o “novo inconformismo”, Santos afirma que “Esta diversificação das experiências visa recriar a tensão entre experiências e expectativas, mas de tal modo que umas e outras aconteçam no presente”. (SANTOS, 2002, p. 274).

Como teoria-método, cujos pressupostos correspondem a epistemologia crítica decolonial (epistemologias do Sul), Boaventura Santos (2002, p. 257-258)

propõe a realização de análises nas ciências sociais e humanas que deem conta das diferentes ecologias que são evidenciadas por meio do que denomina como sociologia das ausências. Do mesmo modo, propõe a sociologia das emergências cujas: “expectativas legitimadas [...] são contextuais porque medidas por possibilidades e capacidades concretas e radicais [que] reivindicam uma realização forte que as defenda da frustração [e] apontam para os novos caminhos da emancipação social, ou melhor, das emancipações sociais”.

Concordamos com Viviane Resende (2019, p. 20) quando a autora apresenta “três caminhos convergentes” como tarefas para descolonização da pesquisa, que deverão compor um “ciclo virtuoso entre consciência (ser), crítica (saber) e criatividade (poder)”.

Neste sentido, conforme Resende (2020, p. 219), constituindo-se como construção social e teórica, essa proposta de extensão baseada na educação e comunicação dialógica, que se guia pela teoria dos referenciais, buscará identificar na realização das práticas sociais concernentes às disciplinas curriculares e às atividades de extensão universitária desenvolvidas no Curso de Gestão de Políticas Públicas, no contexto da curricularização da extensão na UFRN.

Extensão como comunicação: a educação dialógica em Paulo Freire

O educador, filósofo e patrono da educação brasileira, Paulo Freire exilado pelo governo da ditadura civil militar do Brasil em setembro de 1964, cinco meses após o golpe e um ano depois da realização do projeto que alfabetizou mais de trezentas pessoas adultas em 40 horas, na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte (LIMA, et al., 2022), ficou 15 anos com sua família entre países como Bolívia, Chile, Estados Unidos, Suíça, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Austrália, Itália, Nicarágua, Ilhas Fiji, Índia e Tanzânia engajado nas lutas camponesas educação no campo pela reforma agrária, ocupando-se da análise das atividades ligadas à extensão universitária.

O educador escreveu “Educação como prática da liberdade” em 1967 e, ainda no Chile, Freire (1983, p. 22) questiona a ideia de extensão enquanto

“transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanismo, invasão cultural, manipulação, etc.” Essa ideia levou a publicação, em 1979, da obra “Extensão ou Comunicação”. Ao analisar a relação entre pesquisadores, doutores e a população camponesa, considera que o ideário extensionista tende a impossibilitar transformação das realidades, pois condiciona os sujeitos implicados como mero receptores passivos a interferências de ações organizadas, sistematizadas e criadas por outras pessoas ditas especialistas.

Considerando a educação enquanto situação gnosiológica, Freire (1979, p. 51) afirma que “a educação [é] como um processo de constante libertação do homem” e neste sentido não pode pensar “nem o homem isolado do mundo - criando êste em sua consciência -, nem tampouco o mundo sem o homem - incapaz de transformá-lo”, de modo que acentua as relações dialéticas entre ambos.

A transformação da realidade está no horizonte do pensamento freiriano, que propõe práticas dialógicas e comunicativas frente ao que o filósofo chama de “educação bancária”, pois o professor detentor do saber, depositaria conhecimentos acabados nas mentes vazias dos estudantes, que receberia passivamente os depósitos de informações.

Na “Pedagogia do oprimido”, Freire (1983b, p. 67) compreende a “educação bancária” como essa que consiste no “ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos”. Nesse processo educativo tradicional, o “saber” aparece como “doação” dos que se julgam “sábios” àqueles que são julgados por esses nada saber. Enfatizando que este processo é fundamentado “numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão - a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro.”

Noutro sentido, assim, o fazer educativo enquanto prática social dialógica parte do “esfôrço da tomada de consciência em superar-se a alcançar o nível da conscientização, que exige sempre a inserção crítica” que não pode ser “de caráter individual, mas sim social” (FREIRE, 1979, p. 53).

A perspectiva social e coletiva da leitura do mundo, que, conforme Paulo Freire (1979) precede a leitura da palavra, corresponde a ideia de que a

educação deve ser exercida como prática da liberdade, e por isso “não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos;” e sim situação gnosiológica e ontológica, “Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes”. Estabelecendo, portanto, o mesmo estatuto de cognoscente para ambos, educador e educando (FREIRE, 1979, p. 53).

Na obra “Que fazer: Teoria e prática em educação popular”, Paulo Freire e Adriano Nogueira (1993) afirmam que o fazer em educação popular compreende a cultura e o saber popular enquanto tradicionalmente orais. Assim, não como os intelectuais que pensam e refletem com uso de um método científico, as pessoas contam histórias, fazem comentários e narrações, que prescindem da “troca de olhares e gestos” (FREIRE, NOGUEIRA, 1993, p. 28).

Pesquisadores e intelectuais, ao se aproximarem da “favela” com ações extensionistas, precisam superar a ideia de elaboração de cartilhas recheadas com “soluções prontas, sem interação ou discussão com as pessoas e/ou grupos, [pois] é essencial que o saber popular não se feche ao conhecimento advindo do saber científico, pois com este também tem muito a aprender” (MARTINS, KNOX, 2020, p. 39).

Assim, concordamos com Paulo Freire (1979, 1993) quando afirma que uma ação comunicativa dialógica deve considerar os saberes populares, em substituição a ideia de extensão enquanto ações isoladas de intervenção na sociedade por especialistas universitários, a educação como prática de liberdade é apresentada por Paulo Freire como fundamento para uma ação que vise a transformação da sociedade por meio da leitura do mundo de todos os sujeitos imbricados na ação educativa. Assim o processo de leitura de mundo, segundo Freire, consiste em compreender e interpretar de forma crítica a realidade, analisando as relações sociais, econômicas e políticas que a permeiam. É por meio dessa leitura que os sujeitos se tornam conscientes de sua condição social, das estruturas de poder presentes na sociedade e das

possibilidades de ser ativos na sociedade, contribuindo para a transformação de sua própria realidade.

Nesse contexto, a leitura literal de textos escritos é apenas uma parte do processo de leitura de mundo. A alfabetização, portanto, não deve se restringir à simples decodificação das letras e palavras, mas sim abranger uma compreensão mais ampla da realidade, incentivando a reflexão crítica sobre o mundo e suas injustiças. A formação só adquire sentido quando o sujeito sai dela transformado, quando é capaz de enxergar a realidade de forma mais crítica e agir para promover mudanças. Se o sujeito entra e sai da formação sem que haja uma transformação em sua visão de mundo e em suas práticas, então a formação não cumpriu seu papel. Na medida em que o conhecimento é uma construção social e histórica, envolve uma dimensão ética e política, da libertação dos indivíduos. Assim, a leitura de mundo, proposta por Paulo Freire, destaca a importância dos saberes populares e das experiências vividas como fontes legítimas de aprendizado e reflexão, contrapondo uma educação do mero acúmulo de conhecimentos, sem reflexão crítica, que incapacita pela introjeção da passividade, do agir de forma transformadora na sociedade.

POR UMA VIVÊNCIA DE POLÍTICA PÚBLICA DIALÓGICA E DECOLONIAL

O trabalho possui natureza reflexiva e propositiva pois pretende demonstrar a relevância do diálogo teórico e analítico entre as abordagens cognitivas de políticas públicas, a proposta decolonial da sociologia das ausências e emergências e as teorizações de extensão e comunicação dialógica em Paulo Freire para analisar a experiência com a disciplina de Vivências em Gestão de Políticas Públicas.

Tomamos como foco da proposta, o componente curricular “Vivências Públicas de Extensão Universitária” ofertado no segundo semestre letivo de 2022, com carga horária de 120h (cento e vinte horas), sendo 30 (trinta) horas de aula presencial-prática e 90 horas para atividades de pesquisa e trabalho de campo. Esse componente tem como objetivo “estabelecer a ponte entre teoria e prática da representação e apresentação de dados, informações e resultados

do processo de elaboração de projetos, planos e programas de políticas públicas” (PPC/GPP, 2018, p. 1).

Para o cumprimento da ementa do curso, propõem-se um planejamento inicial das atividades com os estudantes; levantamento de dados e informações; “vistorias de campo”; indicação e revisão da literatura especializada; organização e representação de informações; minicursos, palestras, filmes, discussões e seminários. Há ainda, a previsão de acompanhamento do projeto de extensão: “Saberes Dialógicos”, coordenado pela Prof.^a Winifred Knox, cujas experiências vivenciadas durante o ano de 2019, nos componentes *Ateliê III* e *IV*, estão publicadas no livro “Saberes Dialógicos: intervenção universitária na Vila de Ponta Negra”³.

O projeto consiste em uma *comunicação educativa* entre estudantes professores, comunidades, associações populares e coletivos enquanto “práxis comunicativa [que] não poderia ser aquela que procura “atuar sobre” a sociedade, mas essa que dialoga e projeta com e para as pessoas” (MARTINS, KNOX, 2020, p. 42). Como nesta proposta didática, o referencial teórico e metodológico que fundamenta os *Saberes Dialógicos* está subsidiado pelas teorizações de Paulo Freire (1978, 1983, 1993), “enquanto ação educativa de comunicação, [cujo] foco esteve na melhoria da prática de ensino, com o estabelecimento de uma fortuita relação dialógica entre professores, monitores, estagiários e estudantes” (MARTINS, KNOX, 2020, p. 40). Trazemos, a seguir, algumas análises acerca das experiências com as atividades e os produtos finais do componente curricular *Vivências* durante o ano de 2021.

Aprendizados e experiências: as práticas de extensão em turmas de Vivências de Políticas Públicas de 2021

Cabe ressaltar a excepcionalidade vivida pela educação no contexto da pandemia do vírus Sars-Cov-19, causador da Covid-19. Tendo o distanciamento social dificultado os trabalhos em campo e a realização de reuniões, grupos

³Publicado em 2020 pela EUFRN, disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30806>

focais e entrevistas presenciais. As atividades de extensão tiveram que encontrar formas alternativas para sua realização. O contexto de ensino remoto para as atividades acadêmicas e administrativas, como as aulas, reuniões e atividades de pesquisa e extensão, evidenciou a importância das novas mídias digitais e dos recursos audiovisuais, tanto para o ensino, por meio da ferramenta de videoconferência, e também para a realização das atividades de extensão em campo. Nossa reflexão então parte do diálogo em tempos difíceis e forja a pergunta ensejando um novo olhar para a capacidade destas ferramentas de estabelecimento do diálogo.

Neste sentido, vamos trabalhar as experiências que resultaram nos seguintes vídeos: Vila. Doc - Episódio 1 - Agricultura urbana, hortas comunitárias e quintais produtivos (Vivências 2020.2)⁴, Vila de Ponta Negra e a pandemia (Vivências, 2021.2)⁵, Documentário Sobre a Engorda da Praia de Ponta Negra (Vivências, 2021.2)⁶ e, ainda, “Quintais Produtivos na Vila de Ponta Negra” (2021.2)⁷. Todos inseridos no canal do curso.

As turmas de “Vivências” do segundo semestre de 2020.2, no auge do distanciamento social, produziram o documentário sobre a Vila de Ponta Negra e a agricultura urbana (“Vila. Doc - Episódio 1 - Agricultura urbana, hortas comunitárias e quintais produtivos”). Em Vivências de 2022.2, durante a exibição dos resultados desta ação para os alunos, perguntamos a um estudante que esteve à frente na execução do projeto, quais os principais desafios para a elaboração da proposta, do roteiro e das filmagens que foram enfrentados. Conforme o discente, um dos maiores desafios foi o contexto e momento histórico da pandemia, visto que a disciplina exigia uma carga horária de extensão, “um trabalho de campo com um contato social, com uma interação mais direta entre o profissional e o meio”. O aluno fala de sua experiência anterior com extensão e iniciação científica que “me ajudou a nortear o desenvolvimento do pré-projeto do Vila.Doc, e entregar uma ideia executável,

⁴Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k5-ELTlieog>

⁵ Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/ipp/video/documentario-sobre-a-vila-de-ponta-negra-e-a-pandemia/>

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OtqWqFLiRX4>

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mklMhfsKoK8>

embora pouco viável, para aquele momento temporal”. A ideia da ferramenta de vídeo também exigia desafios com a “elaboração do roteiro [que] se deu por meio de um conhecimento empírico que eu tinha sobre a área da comunicação e do audiovisual”. O aluno fala de sua experiência de encontrar alternativas, de “pensar as cenas, o conjunto das cenas em harmonia, e em como esse conjunto funcionava sequencialmente na obra final, como um produto audiovisual continuado.” (ENTREVISTADO 1, 2022).

Mesmo no distanciamento social o aluno criou alternativas mentais e práticas para solucionar os obstáculos que o contexto proporcionou, pontuando “em um projeto que contemplasse a extensão universitária em uma pandemia, devido principalmente - mas não exclusivamente - as restrições de circulação”, considerando que os impasses não estavam apenas relacionados com o impedimento das visitas de “campo, mas também o tempo-limite para a entrega do produto final” que corresponde ao final do semestre letivo (ENTREVISTADO 1, 2022).

As expertises na área da comunicação, especialmente da produção audiovisual, são elementos preponderantes para a realização de uma atividade de extensão universitária que tem foco na produção de um documentário como trabalho final da ação, como é apontado pelo discente, que identificou a necessidade de se “pensar cenas, momentos, ângulos, imagens, tempo total da cena e tempo que a cena toma dentro do produto final” (ENTREVISTADO 1, 2022). A falta de equipamentos e de programas e softwares de edição audiovisuais licenciados acarretou em perdas de qualidade da imagem e do enquadramento, como ocorreu com outro (Vila de Ponta Negra e a pandemia - Vivências, 2021.2) que teve o vídeo todo gravado na vertical, além de contar com o selo do aplicativo gratuito utilizado para a edição da filmagem.

Para além dos recursos de formatação e edição audiovisual, focamos nossa análise na experiência durante processo de escolha dos sujeitos que seriam entrevistados pelos estudantes participantes dessa turma de Vivências, bem como no procedimento escolhido para a realização das entrevistas. Segundo o estudante, foram compreendidos na abordagem temática três grupos específicos de atores “os Especialistas (professores, mestres, doutores,

pesquisadores), Gestores (públicos e de políticas públicas, com alguma experiência nas áreas temáticas abordadas pelos documentários) e pessoas comuns (moradores da vila de ponta negra)” (ESTUDANTE, 2022), mostrando as diferentes opiniões, e suas respectivas contribuições. Isso restringiu as entrevistas presenciais exigindo adaptações. Os alunos construíram um roteiro de questões e pediram para que os entrevistados gravassem suas respostas em vídeo.

Esse relato acerca da definição dos atores e a metodologia utilizada no projeto corrobora com as impressões que tivemos com a análise do produto final, qual seja, de que houve certo enfoque na escuta aos especialistas e aos gestores, possivelmente porque a escuta às “pessoas comuns (moradores da Vila de Ponta Negra)” foi prejudicada pela necessidade de utilização de celulares com dispositivos avançados de gravação e de acesso à internet, para o envio posterior.

Essas condicionalidades, a nosso ver, tendem a comprometer a execução de uma proposta dialógica, na medida em que limitam a escuta dos sujeitos atendidos pelas políticas públicas, principalmente as pessoas em vulnerabilidades socioeconômicas que não possuem acesso à internet.

No que diz respeito à extensão universitária, é importante reconhecer que sua missão vai além da formação exclusiva dos estudantes. A curricularização da extensão propõe uma atuação ativa e dialógica com a sociedade, buscando a integração do conhecimento acadêmico com as demandas e necessidades reais da comunidade. Esse processo envolve a construção de parcerias colaborativas, o desenvolvimento de ações concretas de intervenção e a promoção do diálogo horizontal entre estudantes e sociedade.

Em Vivências de 2021.2, ainda em pandemia, mas já com vacinas para a população, foi realizado o documentário: “Os impactos da pandemia sobre a Vila de Ponta Negra” e o documentário sobre a “Engorda da Praia de Ponta Negra”. Como relata a professora, a turma do período vespertino do segundo semestre letivo de 2021, tinha como objetivo trabalhar a extensão com foco nas questões vividas pela sociedade e por isso a temática da pandemia em

território periférico e também a proposta de engordar a praia proposta pela prefeitura durante o período pandêmico, “Essa temática surge da necessidade da gente entender que uma política pública, como a proposta da Prefeitura de Natal, tem que ser dialogada com a sociedade”. Por isso a importância de conhecer essa realidade, “se teve essa participação: como que as pessoas estão vivenciando, os diferentes atores estão vivenciando a realidade [da engorda]?”

O produto final consistiu em um documentário que com belas imagens aéreas da Praia e do bairro de Ponta Negra, com narração da história local e com entrevistas. Neste filme, há maior qualidade nas imagens, quando comparamos com “Os impactos da pandemia sobre a Vila de Ponta Negra”, cuja captação de imagem não foi realizada na horizontal. Para as entrevistas, que foram realizadas presencialmente, foram privilegiados os atores locais, como moradores, comerciantes, barraqueiros, pescadores e representantes comunitários e dos pescadores o que evidenciou maior possibilidade de diálogo desta ferramenta, embora também haja relatos de especialistas, pesquisadores, professores universitários e gestores públicos envolvidos na temática.

Essas experiências com produção audiovisual, enquanto resultado de ações de extensão curricularizadas nas *Vivências* durante os dois anos da pandemia, tem servido de inspiração para as turmas do segundo semestre de 2022. Trazemos uma proposta de comunicação educativa que apresentamos na sequência.

Proposta para práticas de comunicação educativa nas Vivências em Gestão de Políticas Públicas e Extensão Universitária

Com vistas em elaborar uma prática didático metodológica para o componente *Vivências*, propomos descolonizar as análises das políticas públicas conforme as teorizações de Boaventura Santos (2002), de forma a demonstrar que, por um lado, a colonialidade opera a lógica da monocultura do pensamento, do ser e do poder, que produzem não-existências, e que o “giro decolonial” rompe com essas lógicas e apresenta, por outro lado, a sociologia

das ausências como “dilatação do presente” por meio das ecologias dos saberes, e a sociologia das emergências como “contratação do futuro, por meio das experiências concretas das pessoas (SANTOS, 2002, p. 252-253).

Ao considerar o que foi subalternizado e atribuído a condição de não-existência e investigar na sua condição de inexistência, as potencialidades que emergem das práticas e dos movimentos sociais, o analista estará apto a realizar o trabalho de tradução, que “visa criar inteligibilidade entre práticas e saberes diferenciados para a ampliação da capacidade de articulação em redes contra-hegemônicas” (SANTOS, 2002, p. 266).

A materialidade de práticas de tradução é, pois, condição para uma prática dialógica, pois ao considerar o que foi subalternizado, dentro e fora da sua condição de subalterno, a prática da tradução possibilita que pesquisadores, estudantes e a população possam se compreender, possam compartilhar ideias, valores, normas e visões de mundo, acerca da realidade e dos problemas sociais. Essa ideia de tradução converge com as teorizações de Paulo Freire (1979, 1983a, 1983b, 1992,1993) acerca da leitura da palavra prescindir da leitura do mundo e de que o conhecimento e a conscientização ocorrem por meio do diálogo, ou seja, da valoração dos saberes populares, do exercício da escuta e da ação comunicativa que não hierarquize as relações ou os sujeitos conforme seu lugar no mundo.

Deste mesmo modo, as Abordagens Cognitivas (ACPP) consideram as políticas públicas enquanto construções sociais e também de pesquisa, pois as políticas são elaboradas enquanto respostas da sociedade e do Estado para os problemas públicos. Como uma elaboração de pesquisa, a análise de políticas públicas compreende a valorização da dimensão normativa sem desconsiderar a importância do viés cognitivo, ou seja, das ideias, dos valores e das normas compartilhadas socialmente pelos atores políticos e sociais e pelos fóruns e arenas dos setores sociais. Disso têm-se a Relação Global Setorial (RGS) que é a relação dialética entre o referencial global que rege as ações dos Estados capitalistas e os referenciais setoriais que são elaborados pelos fóruns e grupos de interesse que se organizam nas temáticas dos distintos setores do Estado (MARTINS, SOUSA, PEDROSA, 2022).

De acordo com Muller (2010) este procedimento deverá descrever o referencial global (as normas e valores dos atores e instituições imbricadas nas políticas públicas), o referencial setorial (as normas e valores dos atores e instituições inseridas na execução das políticas públicas) e a Relação Global-Setorial (RGS) (a dialética entre as normativas globais e a execução da ação pública em âmbito setorial e local).

Por essa concepção, é imprescindível interrogarmos acerca das transformações na política, o que suscita na pesquisa a necessidade da análise acerca dos referenciais globais que presidem a ação pública e os modos de conexão entre o setorial, o subsetorial e a inter-relação entre os referenciais que são articulados na execução e implementação das políticas públicas.

Como vimos na experiência com o projeto Saberes Dialógicos, “as visitas a campo possibilitam a desmistificação de equivocadas impressões” que tinham os estudantes acerca dos problemas apontados pelas pessoas envolvidas na *comunicação educativa*, algumas vezes de forma divergente às ideias que faziam os discentes acerca dos problemas sociais analisados em sala de aula (MARTINS, KNOX, 2020, p. 43). As dificuldades e os obstáculos relatados pelos sujeitos imbricados em *Saberes* estiveram relacionadas com a imagem de “pesquisador “cheio de boas intenções”, muitas vezes presente na universidade e em suas propostas para a comunidade.” Fora o fato de que muitas vezes representantes institucionais, mesmo os temporários, como os alunos, se distanciam de suas origens, cultura e classe social quando colocados frente ao desafio de “ajudar a comunidade”. A tentação de pensar pela comunidade é grande e dificilmente, por vários motivos, inclusive o tempo, se pensa com a comunidade e isso através de uma “reflexão imaginada e imaginante de comunidade, distante, portanto, das questões e situações a que ela e seus habitantes estão vivenciando cotidianamente” (MARTINS, KNOX, 2020, p. 48).

Desse modo, enquanto proposta de uma prática de ensino dialógica para o componente curricular *Vivências*, que pretende a articulação de competências e habilidades para a “comunicação pública dos resultados de pesquisas e/ou das propostas de ações de políticas públicas para o público em geral e para gestores públicos e de políticas públicas com os quais terão de

dialogar”, consideramos que a análise inicial com os estudantes deve buscar identificar os referenciais que norteiam as ações das pessoas envolvidas. Nesta lógica, compreende-se, pois, que a proposta didático-teórico-metodológica de extensão enquanto prática educativa dialógica consiste na identificação dos sujeitos e das ideias subalternizadas e invisibilizadas, na sistematização das ideias elaboradas e na prática da escuta.

Neste sentido, concordando com Muller e Surel (2012), compreendemos a relação de reciprocidade entre as categorias baseada no modelo proposto, que se dão em distintas dimensões: a primeira diz respeito ao quadro cognitivo da política pública e se refere a dimensão subjetiva, dos atores políticos e privados, como aqueles inseridos na política analisada (estudantes, professores, reitor, pró-reitores, chefes de departamento, coordenadores de curso, funcionários, movimentos estudantis, sociais e sindicais, políticos, agentes governamentais, empresariais e comunitários); e a segunda, correspondente à dimensão objetiva, como o quadro normativo da política, em que estão situadas as legislações, instituições e órgãos componentes formuladores da política, como o Estado brasileiro, o Ministério da Educação, a UFRN, as instituições e órgãos da Administração Pública e os fóruns e grupos de interesses.

Há, pois, um conjunto de instrumentos e procedimentos metodológicos que podem ser mobilizados para a realização dessa proposta de ensino, como a revisão da literatura e das legislações, normas e publicações sobre a temática estudada, visitas a campo, observação, participação em atividades e entrevistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, pudemos estabelecer um diálogo teórico e metodológico entre as Abordagens Cognitivas de Políticas Públicas, especialmente a teoria francesa dos referenciais (MULLER, SUREL, 2002; LASCOUMES; LE GALÈS, 2012; MULLER, 2018), a teoria decolonial da Sociologia das Ausências e Emergências (SANTOS, 2002, RESENDE, 2019) e a concepção de educação para a liberdade enquanto prática dialógica (FREIRE, 1979, 1983a, 1983b, 1992, 1993) com vistas

na proposição didático-teórico-metodológica para as ações de extensão da disciplina “Vivências em Gestão de Políticas Públicas”, do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Verificamos a importância da temática visto o contexto de curricularização da extensão universitária na instituição e consideramos pertinente a elaboração desta proposta de ensino que pensa a extensão como uma ação de comunicação, logo uma prática pautada pelo diálogo. A defesa de uma prática de ensino comunicativa considera a importância da não imposição de saberes, como também da ideia de educação enquanto prática para a liberdade e para a transformação das realidades sociais por meio da conscientização oriunda da leitura de mundo das pessoas envolvidas.

Apontamos a relevância das ideias decoloniais de ecologias de saberes, de comunicação educativa e de educação para a liberdade como possibilidade de superação das dificuldades apontadas por estudantes, professores e estagiários envolvidos no projeto *Saberes* acerca dos obstáculos de comunicação durante as visitas a campo e quanto ao entendimento das demandas da comunidade.

Analisamos as experiências com produção audiovisual enquanto metodologia para a elaboração dos trabalhos finais das turmas de *Vivências* dos períodos vespertino e noturno durante os 2 anos de pandemia, 2020;2 e 2021.2. Vimos, pois, as dificuldades que o ensino remoto trouxe para a proposta de educação dialógica junto à população, sendo a experiência mais próxima de uma perspectiva dialógica aquela apresentada no documentário sobre a engorda da Praia de Ponta Negra, em 2021.2, tendo a população vacinada com pelo menos uma vacina, possibilitando maior aproximação da população, ouvindo os atores locais diretamente afetados pela suposta ação pública da engorda da praia, cartão postal da cidade de Natal, principalmente aqueles que ficarão sem a renda do sustento na praia durante a obra.

Por isso, insistimos na tarefa de identificação e de escuta dos sujeitos atendidos pelas políticas públicas e imbricados nas ações de extensão universitária, que, via de regra, tem as suas demandas invisibilizadas em

determinadas análises e ações, cujos especialistas tendem a “aparecer” com respostas prontas e propostas fechadas.

Neste sentido, essa proposta de ensino busca nos referencias de políticas públicas, os elementos de análise e identificação dos atores, das instituições e das ideias que compõem as relações e os problemas sociais; busca na teoria decolonial as ferramentas de tradução e escuta, de modo a apontar as ausências e potencializar as emergências; e da Educação como prática de liberdade para propor um ensino dialógico que compreende a importância de descolonizar as análises e fazer emergir mudanças sociais por meio de respostas elaboradas coletivamente. Assim, a prática de ensino que parte das análises das políticas públicas em suas dimensões normativas e cognitivas, deverá lançar mão de estratégias de escuta e diálogo, como visitas de campo, participação em atividades e reuniões da comunidade com a qual serão construídos coletivamente uma comunicação educativa que faça sentido para os envolvidos e seja ferramenta de transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. *Resolução CNE/CES 1/2014*. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de 2014 - Seção 1 - pp. 17-18.

COELHO, Fernando de Souza; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; MIDDLEJ, Suylan; SCHOMMER, Paula Chies; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. O campo de públicas após a instituição das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) de administração pública: trajetória e desafios correntes (2015-2020). *Administração: Ensino e Pesquisa*, v. 21, n. 3, p. 488-529, 1 set. 2020. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/1897>. Acesso em: 23 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 5. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1983b.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que fazer: Teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOMES, Sandra Cristina; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento; SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso da S; MOURA, Joana Tereza Vaz de. As promessas e desafios da formação do bacharel em gestão de políticas públicas na UFRN. In: Patrícia Vendramini; Lindijane de Souza Bento Almeida. (Org.). *Pioneirismo, Renovação e Desafios: Experiências do Campo de Públicas no Brasil*. 1ed. Florianópolis/SC: UDESC, 2017, v. 1, p. 153-168.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Projeto Pedagógico Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas. (Bacharelado). Rio Grande do Norte, 2008 (atualizado em 06 de fevereiro de 2013)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. UFRN. Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação. RESOLUÇÃO Nº 171/2013-CONSEPE, de 5 de novembro de 2013. Natal: 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. UFRN. PPC. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO Superior de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas na modalidade presencial, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Resolução nº 171/2013 - CONSEPE*, de 05 de novembro de 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Resolução nº 077/2017 - CONSEPE/UFRN*, de 27 de junho de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. *Resolução nº 174/2021 - CONSEPE*, de 23 de março de 2021.

JOBERT, B.; MULLER, P. *L'État em Action: politiques publiques et corporatismes*. Paris: PressesUniversitaires de France, 1987.

KINGDON J. Juntando as coisas. In: Saravia, Ferrarezi e organizadores. *Políticas Públicas*. Brasília: ENAP. Coletânea Vol. 1. p. 224-245, 2006.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologia da ação pública*. EDUFAL, Maceió, 2012. London: SAGE, 2009.

LEHER, Roberto. *Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019. 232 p. - (Emergências)

LIMA, A. P. M. de .; MACÊDO, C. K. S. de .; SOUZA, F. das C. S.; COSTA JÚNIOR, J. G. B. da . Paulo Freire e as “40 horas de Angicos” (Rio Grande do Norte-Brasil): fotografia e memória da alfabetização de adultos. **History of Education in Latin America - HistELA**, [S. l.], v. 5, p. e30426, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/30426>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MARTINS, Jonathan Alves; KNOX, Winifred. Apontamentos e reflexões entre teoria e prática nas disciplinas de Ateliê: estudantes, impactos e avaliações. In: KNOX, Winifred; MOURA, Joana Tereza Vaz (org.). *Saberes dialógicos: intervenções universitárias na Vila de Ponta Negra*. Natal: EDUFRN, 2020. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30806>, Acesso em: 22 maio. 2022.

MARTINS, Jonathan Alves; SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha; PEDROSA, Cleide. Emília Faye. CONSTITUIÇÃO DE UM DIÁLOGO: a assistência estudantil na UFRN à luz da Abordagem Cognitiva de Políticas Públicas e Análise Crítica do Discurso. *Revista Exitus*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e022039, 2022. DOI: 10.24065/2237-9460.2022v12n1ID1954. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1954>. Acesso em: 22 maio. 2022.

MULLER, Pierre. *As políticas públicas*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2018.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. *Análise das políticas públicas*. Pelotas, EDUCAT, 2002.

RESENDE, Viviane de Melo. (Org.) *Decolonizar os estudos críticos do discurso / Viviane de Melo Resende*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

SANTOS, Boaventura. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 63. 237-280. 10.4000/rccs.1285.

SILVA, Matheus Arcelo Fernandes; OLIVEIRA, Beatrice Correa de; BRONZO, Carla. Os sentidos das práticas de extensão universitária em um curso do campo de públicas: uma reflexão necessária. *Revista Extensão*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 54-66, 2022.

Recebido em: 28/03/2023

Aprovado em: 12/09/2023

Publicado em: 26/07/2023